

Salvador, 16 de dezembro de 2014.  
OF. N°. \_\_\_\_\_/2014

Sr. Coordenador Geral  
Sílvio Pinheiro  
Plano Salvador 500  
Nesta

Assunto: Considerações sobre as Oficinas de Diagnóstico do Plano Salvador 500.

Apresentamos nossos cumprimentos de cordialidade, ao tempo em que expomos o que segue:

A equipe do projeto Participa Salvador tem participado de todas as Oficinas de Bairros para a construção do diagnóstico e prognóstico do Plano Salvador 500 e da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano [PDDU] e da Lei do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Salvador [LOUOS] e deseja contribuir com esse processo com observações e sugestões para o seu aprimoramento, visando às etapas subsequentes.

Para as observações que se seguem, a equipe toma como ponto de partida o entendimento de participação como o **“tomar parte em discussões e decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação, pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessária, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da Participação”**<sup>1</sup>.

Nesse sentido, verificamos alguns problemas:

1. Como não haverá um momento nos bairros de compartilhamento das informações produzidas pela prefeitura para a construção do diagnóstico, esse deveria ser um momento de compartilhamento das informações produzidas em todas as instâncias, tanto da vivência do cotidiano dos moradores e frequentadores dos bairros em discussão, como dos dados oficiais de pesquisas do diagnóstico. Os grupos de trabalho não contam com subsídios adequados para a construção de um diagnóstico sobre os bairros. É indispensável a utilização de mapas e informações preliminares sobre o bairro, sobretudo relativas aos serviços e equipamentos públicos existentes, de modo a possibilitar o diálogo e a troca de experiências e informações entre os participantes e a gestão municipal. A folha em branco como ponto de partida para as discussões nos grupos permite apenas que lembranças e experiências dos moradores sejam registradas, em permitir o

<sup>1</sup> NUNES, Débora. Pedagogia da Participação. Salvador: Editora Quarteto, 2002, p.11).

diálogo com os técnicos da Prefeitura. É preciso que os facilitadores estejam munidos de informações sobre os bairros onde acontecem as oficinas, de modo a possibilitar contraposições, diálogos, interlocuções e não apenas coleta de informações.

2. A metodologia dos trabalhos nas Oficinas não estão sendo explicadas aos participantes de maneira a esclarecer o andamento dos trabalhos, gerando dúvidas sobre a sua condução e dinâmica.
3. Na abertura das Oficinas, expõe-se que as informações ali produzidas serão utilizadas para compor o diagnóstico do Plano, mas não fica claro como essas informações serão utilizadas, nem como será o retorno dessas informações aos participantes.
4. Não há um nivelamento na atuação dos facilitadores. A qualidade dos resultados em cada grupo tem variado muito em função do preparo dos facilitadores. Muitas questões são generalizadas, ao extremo de se perder a compreensão dos problemas apontados, ou não são escritas e acordo com o que foi apontado pelos participantes. Também observamos grande dificuldade em alguns dos facilitadores em perceber e contribuir para o esclarecimento da diferença entre pontos fortes e oportunidades, pontos fracos e ameaças, que na maior parte das vezes eram tratados como a mesma coisa. Houve momentos em que alguns facilitadores faziam defesa de projetos da prefeitura e defendiam pontos de vista pessoais sobre determinados temas, sem qualquer embasamento técnico, numa tentativa de influenciar o pensamento do grupo. Dessa maneira, faz-se necessário um melhor nivelamento dos facilitadores para garantir a segurança das informações coletadas.
5. O tempo disponibilizado para a coleta de informações dos participantes também é insuficiente para garantir a riqueza de detalhes das informações que podem ser coletadas. Em geral, a discussão sobre as oportunidades e ameaças foram minúsculas em função do curto tempo para a discussão e a possibilidade de debates entre os participantes de cada grupo era desestimulada, em função do pouco tempo disponibilizados para essa atividade.
6. As Oficinas têm apresentado uma baixa frequência de participantes, o que julgamos ser resultado de uma divulgação da sua realização insuficiente nos bairros. Segundo conversas com os participantes, a maioria tomou conhecimento por conta de algum vizinho ou amigo. A ferramenta do site como principal meio de comunicação não garante uma ampla divulgação e publicização das Oficinas. Salvador é uma cidade com elevados índices de desigualdade social e isso implica num baixo acesso à internet como meio de comunicação. Foram demonstrativos dos problemas com a divulgação o cancelamento das oficinas da Liberdade,

Valéria, São Caetano. Também chamou a atenção a baixa representatividade dos bairros que compõem a prefeitura-bairro onde são feitas as discussões. Muitos bairros não estiveram representados nessas oficinas.

7. A aplicação da metodologia não foi uniforme. Nas oficinas alguns grupos trabalharam com a orientação por temas (mobilidade, saneamento, segurança e etc.) para a identificação, mas não todos, e era visível a riqueza de detalhes daqueles grupos que conduziram os trabalhos sob a perspectiva dos temas.
8. As informações, na maioria das vezes, não são territorializadas e os facilitadores não estão registrando essa informação que é de fundamental importância à compreensão e leitura dos bairros. A não territorialização das questões apontadas induz o resultado a um generalismo que desqualifica e pode gerar distorções nas informações coletadas. As informações só fazem sentido no lugar onde elas se apresentam.
9. Verificamos, em todas as oficinas, uma baixa representatividade também de movimentos sociais e culturais, fontes de informação em geral mais complexas e problematizadas sobre os bairros. Essas lideranças são fundamentais também na divulgação e na mobilização, além de serem importantes interlocutores com os moradores em seus territórios.
10. Na maior parte das vezes o conteúdo das questões do questionário não contempla a situação do morador. Também não há espaço para responder de maneira apropriada sobre o que se pergunta, o que abre espaço para interpretações dúbias e posterior uso inadequado da informação coletada. Exemplos disso são as perguntas sobre onde se estuda e onde se trabalha, onde não há a opção de se dizer que não se estuda ou trabalha, sem as opções “não sei” ou “não se aplica” poderão levar a distorções nas respostas. Consideramos ainda que seria interessante questionar sobre a qualidade dos serviços prestados e das infraestruturas da cidade.
11. Verificamos pouca permissividade para incorporar as colaborações à metodologia utilizada no processo. Algumas críticas e sugestões são apresentadas pelos participantes e não foram incorporadas nas oficinas seguintes.

Nesse sentido, compreendemos que algumas medidas podem ser tomadas para o aprimoramento das etapas seguintes e encaminhamos aqui algumas:

1. Para a etapa de discussão da Salvador do Futuro, é indispensável a utilização dos dados do diagnóstico, tanto resultado das oficinas como do trabalho técnico da Prefeitura. A discussão de cenários futuros para a cidade sem essas informações será esvaziada se não tiver um lastro da situação atual da cidade.

2. Realização de formação dos facilitadores, incluindo acesso a dados sobre os bairros onde estarão sendo realizadas as próximas oficinas, para possibilitar o diálogo com os moradores.
3. É preciso investir em outros meios de comunicação, como carros de som, faixas, *spots* em emissoras de rádio e rádio em comunitárias, outdoors, chamadas em emissoras de televisão, panfletos, etc.
4. Realizar contatos diretos com as lideranças e representações das organizações sociais de cada bairro, destacando a importância de participar do processo.
5. Territorializar as informações das oficinas, localizando as informações coletadas, seja da rua, do loteamento, do bairro, da cidade. Essa medida garantirá que informações específicas de um determinado local não sejam generalizadas para o resto da cidade.
6. Inserir uma nova rodada de oficinas com o resultado do quadro geral do cenário futuro desejado para a cidade e para os bairros. Uma única audiência pública não será suficiente para que os moradores possam vislumbrar o desdobramento dos trabalhos realizados nas oficinas. Esse será o momento de pactuar com os moradores dos bairros os cenários criados coletivamente para seus territórios. Essas oficinas deverão ocorrer antes da audiência pública que discutirá a Salvador do futuro.

Acreditamos que as críticas e sugestões apresentadas, se levadas em consideração, podem contribuir para o processo de construção de um planejamento participativo da cidade de Salvador.

Certos de contarmos com uma resposta ao que foi formulado, nos despedimos reafirmando a nossa disposição para colaborar no que for necessário ao desenvolvimento justo da Cidade de Salvador.

## **FORUM A CIDADE TAMBÉM É NOSSA**